



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JEQUIÉ**  
"Casa de Zenildo Tourinho"

**PARECER JURÍDICO**

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do nobre vereador José Augusto Aguiar Brito Filho, que objetiva reconhecer os serviços educacionais, por meio da oferta de aulas presenciais em escolas públicas e privadas, como atividades essenciais para a população de Jequié.

**DA LEI Nº 13.979, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020**

A Lei n.º 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, foi regulamentada pelo Decreto nº 10.282/2020.

A redação do § 9º do art.3º da Lei n.º 13.979/2020 atribuía ao Presidente da República o poder para dispor, mediante decreto, sobre os serviços públicos e atividades essenciais que se referem o § 8º.

A Lei nº 14.035/2020, alterou a redação do § 9º do art. 3º da Lei nº 13.979/2020, para instituir que o funcionamento de serviços públicos e de atividades essenciais, **sejam definidos em decreto pela respectiva autoridade federativa:**

"Art. 3º. (...) "

§ 9º A adoção das medidas previstas neste artigo deverá resguardar o abastecimento de produtos e o exercício e o funcionamento de serviços públicos e de atividades essenciais, **assim definidos em decreto da respectiva autoridade federativa**".

**DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF - ADI 6341**

O Supremo Tribunal Federal deferiu medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 6341 – reafirmando a competência **comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios** para **adotar medidas de polícia sanitária. Ou seja, a União pode definir, mediante decreto**, a essencialidade dos serviços públicos, sem, no entanto, afastar a competência concorrente dos Estados e Municípios.

REFERENDO EM MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DA INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO À SAÚDE. EMERGÊNCIA SANITÁRIA INTERNACIONAL. LEI 13.979 DE 2020. COMPETÊNCIA DOS ENTES FEDERADOS PARA LEGISLAR E ADOPTAR MEDIDAS SANITÁRIAS DE COMBATE À EPIDEMIA



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JEQUIÉ**  
“Casa de Zenildo Tourinho”

INTERNACIONAL. HIERARQUIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. COMPETÊNCIA COMUM. MEDIDA CAUTELAR PARCIALMENTE DEFERIDA.

8. Medida cautelar parcialmente concedida para dar interpretação conforme à Constituição ao § 9º do art. 3º da Lei 13.979, **a fim de explicitar que, preservada a atribuição de cada esfera de governo, nos termos do inciso I do artigo 198 da Constituição**, o Presidente da República poderá dispor, **mediante decreto**, sobre os serviços públicos e atividades essenciais.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, verifica-se que a competência para estabelecer critérios para o exercício e o funcionamento de serviços públicos e reconhecimento de atividades essenciais é exclusiva do Prefeito Municipal, mediante decreto.

Portanto, opino pela *inconstitucionalidade*.

É o parecer s.m.j.

Jequié, 23 de agosto de 2021

Augusto César Almeida Ribeiro  
Procurador Jurídico – OAB-BA 9.772